

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**
Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar
Período de Análise: junho de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

A hora do caixa forte – Isto É Dinheiro Rural – junho de 2010	3
Com Mandú, Guarani vai elevar produção de álcool – Valor Econômico – Agronegócios – 01/06/2010.....	4
Médio produtor rural terá mais crédito na safra 2010/2011 – MAPA – 07/06/2010.....	5
Crédito rural cresce 270% em sete anos e atinge R\$ 100 bilhões- MAPA – 07/06/2010.....	6
Produtores rurais terão R\$ 100 bi na próxima safra – Eduardo Rodrigues e Fábio Amato – Folha de São Paulo - Mercado – 08/06/2010.....	8
R\$ 2 bi - Folha de São Paulo – Mercado – 08/06/2010	9
Lideranças esperavam mais do Plano de Safra – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 08/06/2010	9
Agricultura tem o maior financiamento da história – Célia Froufe – Estado de São Paulo – Economia – 08/06/2010	11
24 mil tratores já foram vendidos no ano – Folha de São Paulo – Mercado – 08/06/2010.....	12
CNA: Plano de Safra não favorece classe média rural – Sítio Eletrônico da CNA – 10/06/2010	13
CNA: Plano de Safra não favorece classe média rural – CNA – 10/06/2010	13
Mais uma linha de produtos entra na lista do Programa Mais Alimentos – Sítio Eletrônico do Incra – 14/06/2010.....	14
Recursos para a agricultura – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 15/06/2010.....	15
Operações inscritas na Dívida Ativa da União têm novo prazo de renegociação – Sítio Eletrônico da CNA – 16/06/2010.....	16
FETRAF participa do lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011 – Sítio Eletrônico da Fetraf – 17/06/2010.....	17
Presidente Lula e Cassel anunciam Plano Safra para a Agricultura Familiar na Feira – Sítio eletrônico do Incra – 17/06/2010.....	19
Agricultores familiares contam com seguro para operações de investimento – Sítio Eletrônico do INCRA – 28/06/2010	21
Agricultores familiares contam com seguro para investimento – Sítio Eletrônico do MDA - 28/06/2010 12:12	22

A hora do caixa forte – Isto É Dinheiro Rural – junho de 2010

Com o final do período de colheitas, produtores correm em busca das melhores estratégias para multiplicar o dinheiro ganho nas lavouras

Eduardo Savanachi

Por todo o País, os motores das colheitadeiras começam a ser desligados. Com boa parte da safra colhida e da produção comercializada, é hora de contabilizar os ganhos obtidos com os produtos da terra e pensar na melhor estratégia para fazer render o suado dinheiro que entra no caixa da fazenda. Entre investimentos, aplicações, pagamentos de dívidas, compra de insumos e um universo de possibilidades, o grande desafio é saber qual a melhor forma de gerenciar esses recursos. Uma necessidade que ganha ainda mais importância diante de uma safra de lucros ainda incertos.

"Devido às circunstâncias do mercado, os produtores terão um ano de pouco dinheiro em caixa. Quem vendeu antecipadamente deve ganhar um pouco", analisa o consultor da Agência Rural, Eduardo Godoi. Para alguns especialistas do setor, a melhor estratégia é simplesmente não gastar o dinheiro, e sim aplicá-lo de olho na formação de uma reserva financeira.

"Um dos grandes problemas causadores de perdas é não ter uma sobra de caixa na fazenda", afirma o diretor técnico da consultoria AgraFNP, José Vicente Ferraz. "Normalmente, sempre que sobra algum dinheiro, o produtor compra terra e imobiliza seu capital. **Logo depois precisa financiar a abertura da área e o novo plantio e acaba pendurado em financiamentos.** Isso tira o seu poder de comercialização", pondera.

Segundo Ferraz, se o produtor não está capitalizado, precisa comprometer boa parte de sua produção, trocando por insumos, normalmente recebendo preços de "boca de safra", que historicamente são mais baixos do que em outros períodos. "Ao estabelecer esse fundo de caixa, ele não fica refém de crédito nem precisa comercializar sua safra em um momento desfavorável."

Para o pesquisador do Centro de Pesquisas Econômicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Cepea/USP), Mauro Osaki, para se chegar a um caixa forte, com sobra de recursos, a palavra-chave é planejamento. "Todas as decisões, principalmente relativas a investimentos, devem ser muito bem estudadas e calculadas. Nada pode ser por impulso", diz. De acordo com o pesquisador, o ideal é ter um plano de longo prazo, calculando quanto do dinheiro que entra na fazenda pode ser aprisionado a cada safra. "É algo que deve ser feito ano a ano", revela Osaki. Ele afirma que para isso é preciso levar em conta os custos fixos e variáveis da propriedade.

Outro aspecto importante está na questão das dívidas agrícolas. De acordo com o pesquisador, em alguns casos pode valer mais a pena buscar uma renegociação do débito e investir o dinheiro na compra dos insumos. "É preciso estudar os termos dos contratos. Havendo a possibilidade de rolar a dívida, é preciso comparar as taxas de juros embutidas nessa operação com os juros pagos em um financiamento, para escolher a opção que possibilita a maior sobra de recursos", conta.

CUIDADOS NECESSÁRIOS

O que o produtor deve fazer antes de colocar a mão no bolso

Planejar os investimentos com antecedência e resistir a impulsos

Usar o lucro para financiar o próximo plantio e se livrar de juros

Não gastar e escolher uma aplicação financeira segura

Com Mandú, Guarani vai elevar produção de álcool – Valor Econômico – Agronegócios – 01/06/2010

Primeiro investimento com recursos da Petrobras, a compra da usina Mandú deve elevar já nesta safra a participação do etanol no mix de produção da Açúcar Guarani. Com capacidade de moagem de 3,5 milhões de toneladas, a Mandú destina 60% do seu caldo da cana para produção de etanol, que deve chegar a 175 milhões de litros. A Guarani previa neste ciclo moer 17,2 milhões de toneladas, porém, com o mix inverso, de 60% destinados ao açúcar e 40% para etanol.

"Mas com a Mandú vamos elevar esse percentual e ficar mais próximos do equilíbrio entre os dois produtos", disse Jacyr Costa Filho, presidente da Açúcar Guarani. Com a aquisição, a companhia elevará sua capacidade de moagem para 20,6 milhões de toneladas por ano.

Menos de um mês após o anúncio da parceria, a Petrobras injetou R\$ 682 milhões, de um total de R\$ 1,6 bilhão que serão aportados ao longo dos próximos cinco anos. Do total da primeira parcela, a Guarani desembolsou R\$ 345 milhões para assumir o controle integral da Mandú, localizada no noroeste de São Paulo. A região é a mesma onde estão instaladas as outras seis unidades que a Guarani tem no Brasil. A ideia é que essa proximidade entre as unidades gere um ganho de sinergia importante para o grupo, com objetivo de redução de custos da operação.

Com a aquisição da Mandú, a Guarani assume também uma dívida de R\$ 255,5 milhões. Segundo Costa Filho, ainda está sendo avaliada qual será a melhor solução para o destino desse passivo. Para o executivo, ele poderá ser parcialmente amortizado pelo grupo ou então alongado por um período maior.

O restante dos recursos aportados pela Petrobras não está "carimbado" para um projeto específico. "Com todo esse investimento, a Guarani vai participar como consolidadora do setor", afirma Costa Filho.

Além do projeto de cogeração que irá triplicar a atual produção de energia da companhia - apenas a Mandú vai cogerar 12 MW de energia nesta safra -, a Guarani

deve investir a partir deste ano, segundo Costa, para aumentar a capacidade de processamento de três usinas já existentes: a Tanabi, a recém-adquirida Usina Vertente e a São José. "Vamos adicionar uma capacidade importante com esse projeto", disse.

A presença da Petrobras Biocombustíveis - que, ao fim de cinco anos, deterá 45,7% da Guarani -, é um dos motivos que justifica a maior atenção ao etanol. O plano da Guarani de ampliar o produto "energia" em seu portfólio tradicionalmente açucareiro também integra a estratégia de transferência de ativos da francesa Tereos para o país. A empresa definiu que a relação de troca será de uma ação da Guarani para uma da Tereos, mas a decisão passará por assembleia de acionistas. **(FB, com colaboração de Alexandre Inácio, de São Paulo)**

Médio produtor rural terá mais crédito na safra 2010/2011 – MAPA – 07/06/2010

Brasília (7.6.2010) - O Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011 vai dar mais condições e recursos à classe média do campo, que será beneficiada com condições especiais de acesso ao crédito. Para isso, foi instituído o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), com R\$ 5,65 bilhões a serem investidos na nova safra. A ação substitui o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Rural) e tem como finalidade manter uma linha de crédito específica para a classe média rural.

As medidas de apoio ao agricultor e pecuarista foram anunciadas, nesta segunda-feira (7), em Brasília, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Agricultura, Wagner Rossi. O Pronamp ampliou em R\$ 650 milhões os recursos disponíveis para o médio produtor, em relação ao programado na safra 2009/2010. De acordo com Wagner Rossi, a classe média rural inclui os produtores com renda bruta anual de até R\$ 500 mil.

“A contratação de recursos por médios produtores cresceu cinco vezes no ciclo agrícola atual, em relação ao período 2008/2009. Isso mostra que existe uma demanda crescente e, por isso, instituímos agora um programa específico para facilitar o acesso ao crédito para esse segmento”, afirma o ministro da Agricultura.

O Pronamp estipula limite de financiamento de custeio de R\$ 275 mil por beneficiário, R\$ 25 mil a mais que o instituído pelo antigo Proger Rural. Para investimento, cada produtor pode contratar até R\$ 200 mil, com taxa de juros de 6,25% anuais.

Desconto - Além disso, para incluir toda a classe média do campo, o Pronamp prevê desconto (rebate) aplicado à receita bruta anual do produtor que atua em atividades com custos de produção mais elevados. Nesses casos, a receita bruta é superior a R\$ 500 mil, mas o rendimento líquido é reduzido em função dos custos de produção.

Assim, foi estabelecido, para fins de enquadramento no programa, rebate de 20% na receita bruta anual para as atividades de ovinocaprinocultura, aquicultura, fruticultura, café, cana-de-açúcar e sericultura (criação de bicho-da-seda), o que eleva a receita de referência para R\$ 625 mil; de 40% para as atividades de avicultura, suinocultura não integrada, floricultura, pecuária leiteira e olericultura (cultivo de

legumes), o que corresponde a uma receita de referência de R\$ 833 mil e de 80% para o grupo atuante em avicultura e suinocultura integrada ou em parceria com agroindústria, com receita bruta de R\$ 2,5 milhões.

O ministro da Agricultura disse que o Proger Rural, entre julho de 2009 e abril de 2010, alcançou R\$ 2,5 bilhões, incluindo custeio e investimento. No mesmo período da safra 2008/2009, as liberações totalizaram cerca de R\$ 500 milhões. (*Laila Muniz*)

Pronamp – condições de financiamento

	2010/2011
Volume de recursos (R\$ bilhões)	5,65
Renda Bruta Anual (R\$ mil)	500
Limite de financiamento para custeio (R\$ mil)	275
Limite de financiamento para investimento (R\$ mil)	200
Taxa de juros (% a.a)	6,25

Crédito rural cresce 270% em sete anos e atinge R\$ 100 bilhões- MAPA – 07/06/2010

Brasília (7.6.2010) - Os produtores rurais brasileiros terão R\$ 100 bilhões para financiar a próxima safra. O volume de recursos, um recorde na história do País, faz parte do Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011 (PAP), lançado nesta segunda-feira (7), em Brasília, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi. O valor representa crescimento de 8% em relação ao disponibilizado no ano passado e de 270% ao do ciclo agrícola 2003/2004.

Somado aos recursos destinados à agricultura familiar, o montante fixado pelo governo para a agricultura brasileira será de R\$ 116 bilhões. O dinheiro será investido na produção agropecuária do ano agrícola 2010/2011. De acordo com Wagner Rossi, desde 2003, houve aumento de 256% do crédito rural disponível para as agriculturas empresarial e familiar.

“O crescimento de R\$ 72,9 bilhões do crédito rural para agricultura comercial, em sete anos, mostra o compromisso do governo federal com o produtor e com o abastecimento alimentar do Brasil e dos cerca de 200 países para onde exportamos”, diz Rossi. “Uma característica marcante deste plano é que, mesmo em um momento

de elevação dos juros da economia, nenhum foi majorado para a agricultura, o que representa, portanto, ganho para o produtor”, avalia o ministro.

Segundo Rossi, a ampliação dos recursos veio acompanhada do incentivo à produção sustentável. “O Brasil é referência em sistemas produtivos eficientes, que respeitam o meio ambiente. Prova disso é o fato de termos ampliado a produção de grãos em quase 24 milhões de toneladas, a partir de 2003, enquanto a área plantada cresceu apenas 3,6 milhões de hectares”, completa.

Destaques - Um dos destaques do novo plano é a criação do programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que terá R\$ 2 bilhões para financiar práticas na lavoura que reduzam a emissão dos gases de efeito estufa, como o Sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e a recomposição de áreas de preservação ambiental. Além desse valor, o agricultor que adotar sistemas de plantio direto na palha poderá obter, ainda, 15% a mais do valor do limite dos financiamentos de custeio, o que significa até R\$ 2 bilhões adicionais para aplicar na lavoura.

Outra inovação do plano é o lançamento do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), que vai destinar R\$ 5,65 bilhões exclusivamente para a classe média do campo. E, para ampliar a capacidade de armazenamento nas fazendas, os recursos do Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra) foram dobrados, passando de R\$ 500 milhões para R\$ 1 bilhão.

Custeio e comercialização - Para financiar o custeio e a comercialização da safra, o governo vai direcionar R\$ 75,6 bilhões, 14% a mais que o disponível no ciclo 2009/2010. Deste total, R\$ 60,7 bilhões serão financiados a juros controlados (taxas fixas) de, em média, 6,75% ao ano, representando aumento de R\$ 6,5 bilhões, comparando com o PAP anterior.

Investimento - Houve ganho de 29% no valor total dos programas de investimento para a safra 2010/2011. São R\$ 18 bilhões para estimular, principalmente, o aumento da armazenagem nas propriedades rurais, sistemas produtivos sustentáveis e fortalecimento do médio agricultor.

Apoio à comercialização - Estão programados R\$ 5,2 bilhões para apoiar a comercialização da nova safra, valor quase 190% superior ao disponível em 2003, quando foi destinado R\$ 1,8 bilhão. Os recursos poderão ser utilizados em instrumentos, como aquisição direta, contratos de opção de venda e pagamento de prêmios para o escoamento do produto a regiões deficitárias. Essas operações reduzem a volatilidade de preços e garantem renda mínima ao produtor.

Seguro rural - Desde 2005, quando o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) foi instituído, seu orçamento subiu de R\$ 2,3 milhões para R\$ 259,6 milhões, em 2009. Para este ano, estão programados R\$ 238,7 milhões e a expectativa do Ministério da Agricultura é liberar crédito suplementar para possibilitar o atendimento integral da demanda por subvenção.

Com o programa, o governo paga parte da apólice do seguro rural, viabilizando o recurso para milhares de produtores. Atualmente, 6,7 milhões de hectares ou 11% da área plantada estão cobertos pelo seguro rural.

Zoneamento agrícola - O número de culturas incluídas no zoneamento agrícola aumentou 344% desde a safra 2004/2005, quando os estudos foram iniciados. Para o ciclo 2010/2011, 40 produtos serão estudados, 25% a mais que o contemplado na safra 2009/2010.

O zoneamento é uma ferramenta importante de gestão de risco, pois indica o melhor período e as regiões mais aptas ao plantio de determinada cultura, reduzindo a exposição a efeitos climáticos adversos e assegurando, pelo menos, 80% de probabilidade de sucesso na safra. Dentre as novas culturas englobadas nos estudos, este ano, estão citros, gergelim e palma forrageira.

Estocagem de etanol - O setor sucroalcooleiro contará com R\$ 2,4 bilhões para investir na estocagem de etanol. O programa será operado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a juros anuais de 9%. O objetivo da linha de crédito é a redução das flutuações sazonais de preços do biocombustível com a formação de estoques que podem evitar riscos de desabastecimento durante a próxima entressafra. (*Laila Muniz*)

[Acesse mais informações do PAP 2010/2011](#)

Produtores rurais terão R\$ 100 bi na próxima safra – Eduardo Rodrigues e Fábio Amato – Folha de São Paulo - Mercado – 08/06/2010

Somado ao crédito para agricultura familiar, total será de R\$ 116 bi; parte do dinheiro irá para sustentabilidade

Produtores de etanol terão R\$ 2,4 bi para investir em estocagem, em linha do BNDES com juro de 9% ao ano

Para tentar acompanhar o crescimento da produção nacional de alimentos, os produtores rurais terão R\$ 100 bilhões em crédito para custeio e investimentos na próxima safra. Parte desses recursos será destinada ao financiamento de práticas sustentáveis no campo. O Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011, lançado ontem pelo governo, traz um volume recorde de recursos para o setor, que, quando somado aos valores disponibilizados para a agricultura familiar, totalizam R\$ 116 bilhões. Na safra passada, o total do crédito agrícola foi de R\$ 107,5 bilhões. "Vamos atingir esse número cabalístico e global de R\$ 100 bilhões, que é dinheiro grosso em qualquer país do mundo", disse o ministro Wagner Rossi (Agricultura). No lançamento do plano, o presidente Lula disse que o sucesso internacional do setor se deve ao empenho do governo em defender os interesses do país no exterior. "[O Brasil] está dando certo porque não tenho vergonha de chegar a qualquer país e defender o algodão brasileiro, defender a cana e o álcool brasileiro, defender a soja, o milho e o empresário brasileiro", afirmou Lula. Ele destacou o fato de os produtores de etanol contarem com R\$ 2,4 bilhões dos recursos do Plano Safra para investimentos em estocagem de álcool, em uma linha de crédito operada pelo BNDES com juros de 9% ao ano.

"Neste país, por interesses eminentemente políticos, tinha governante que tinha vergonha de usineiro. Não tinha vergonha possivelmente de pedir dinheiro para campanha, mas tinha vergonha depois de dizer que era amigo de usineiro", completou.

Segundo Rossi, os recursos a juros menores para o setor sucroalcooleiro devem contribuir para diminuir as oscilações de preço do produto nas bombas dos postos. Entre os destaques do plano está a criação do programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), com aplicação de R\$ 2 bilhões dos recursos anunciados na recuperação de áreas degradadas, plantio de florestas e outras medidas de integração da produção de maneira sustentável. O programa prevê a redução de emissões de até 176 milhões de toneladas de CO2 até 2020. No entanto, para o professor Luiz Antônio Pinasa, do Centro de Agronegócio da FGV, o volume recorde de crédito para o setor nesta safra não necessariamente será convertido em maior renda para empresários e famílias do campo. "O total disponibilizado no ano passado nem sequer foi aplicado, porque depois da crise os bancos ficaram muito mais rigorosos e boa parte dos agricultores ainda está endividada", avalia.

R\$ 2 bi - Folha de São Paulo – Mercado – 08/06/2010

É O VALOR DO PROGRAMA ABC

O programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) terá aplicação de recursos na recuperação de áreas degradadas, plantio de florestas e outras medidas de integração da produção de maneira sustentável. O plano prevê que essas medidas resultem na redução de emissões de até 176 milhões de toneladas de CO2 até 2020.

Lideranças esperavam mais do Plano de Safra – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 08/06/2010

As medidas do novo Plano de Safra 2010/11 são boas, mas ainda insuficientes para permitir ao setor rural a superação de antigas amarras da política agrícola. Dirigentes do setor avaliam que o oitavo e último pacote da gestão Luiz Inácio Lula da Silva, que prevê R\$ 100 bilhões ao segmento empresarial, ignorou questões estruturais, como a crônica deficiência logística e de infraestrutura para o escoamento da produção, além das limitações do atual modelo de crédito rural, baseado no aumento da oferta de recursos, e não na garantia de renda do produtor.

Parte do setor reconhece méritos no "esforço do governo", mas ainda critica a falta de solução para questões simples, como exigências excessivas de garantias reais aos financiamentos, cobertura limitada do seguro rural, timidez dos estímulos à industrialização da produção e juros finais altos - 6,75% ao ano para custeio agropecuário.

Crédito rural

Divisão do financiamento (R\$ bilhões)

Destino	2009/10	2010/11	Variação (%)
Custeio e comercialização	66,2	75,6	14
Juros controlados	54,2	60,7	12
Juros livres	12,0	14,9	24
Investimento	14,0	18,0	29
Linhas especiais	12,3	6,4	-48
Total	92,5	100,0	8

Fonte: Ministério da Agricultura

"Apesar de aumentar o volume de crédito, o governo deixou passar incentivos à agregação de valor, não deu mais capital de giro. Além disso, ficamos com um juro [6,75% para custeio] de quando a Selic estava em 18% ao ano", aponta o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas. "Não está ruim, mas poderia ser bem melhor". As cooperativas queriam um novo programa de investimentos para agregação de valor às commodities. "A real necessidade do setor seria de uns R\$ 150 bilhões".

Em ano eleitoral, a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) deixou de apresentar o documento geral com as reivindicações dos produtores ao governo como fazia nos últimos anos. Mesmo assim, o presidente da Comissão de Grãos, Fibras e Cereais, o goiano José Mário Schreiner, considera "louváveis" alguns pontos do Plano de Safra, como os estímulos à recuperação de áreas degradadas e aos médios produtores, mas aponta as deficiências. "O crédito para armazéns ainda não resolve porque o retorno é lento e tem impacto sobre o limite individual. É um esforço louvável, mas ajuda pouco porque os produtores estão em condições de elevar os limites de crédito", afirma Schreiner. "Temos que mudar o modelo de crédito rural, buscar uma nova política agrícola".

Os produtores do Centro-Oeste também apontam avanços, mas reivindicam ajustes. "O plano é bom, houve bom aumento de recursos, o que atende bem ao Sul e Sudeste", avalia o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), Glauber Silveira da Silva. O programa para os médios produtores, que prevê R\$ 5,65 bilhões, "é importante", segundo ele. E as ações de sustentabilidade, reunidas sob o programa "Agricultura de Baixo Carbono", são "um passo positivo" para recuperar áreas. "Mas em regiões como Bahia, Piauí, Goiás, Mato Grosso do Sul esse plano atende pouco porque o limite individual de crédito ainda é baixo", afirma. O módulo médio dos produtores dessas regiões soma 1 mil a 1,5 mil hectares. "Precisaria de R\$ 1,2 milhão a R\$ 2 milhões de limite", receita. Os limites para a soja subiram de R\$ 450 mil para R\$ 500 mil por beneficiário.

A Sociedade Rural Brasileira (SRB) avalia que o governo ainda não entendeu a real extensão dos benefícios do seguro rural. "Não conseguimos ter uma política de seguro rural para manter renda ao produtor", critica o presidente da SRB, Cesário Ramalho. "Além disso, estamos estatizando demais o crédito na mão do Banco do Brasil, muito dos R\$ 92,5 bilhões não foram liberados e o 'mix' de juros dá uma média de 15% ao ano, o que é uma exorbitância, o mais caro do mundo", afirma.

Em defesa do último Plano de Safra sob seu governo, o presidente Lula afirmou ontem, na sede da Embrapa, ter feito muito pela agricultura do país. "Tenho convicção de que tivemos avanço extraordinário no governo, no meio empresarial, na

agricultura familiar e na Embrapa", disse, ao lado do ministro da Agricultura, Wagner Rossi. "Tivemos cuidado para não criar esqueletos e não precisamos ficar discutindo as desgraças de outras épocas que não foram resolvidas", afirmou, em referência às complexas renegociações de dívidas rurais. Mas Lula admitiu que falta avançar na autossuficiência do país na produção de fertilizantes e na imposição de regras para evitar "abusos" na compra de terras por estrangeiros. "A agricultura está predestinada, chegou a hora e a vez de ser o celeiro do mundo, além de vender máquinas e alimentos para a África e a América Latina", vaticinou o presidente.

Agricultura tem o maior financiamento da história – Célia Froufe – Estado de São Paulo – Economia – 08/06/2010

A produção agrícola brasileira terá o maior volume de financiamento de sua história. Mesmo com a decisão de um corte de R\$ 10 bilhões no Orçamento, o governo separou R\$ 116 bilhões de seus cofres para agricultura e pecuária—R\$100bilhõesparaaempresarial e R\$ 16 bilhões para a familiar. Tudo a juros palatáveis e inferiores à taxa básica Selic, 9,50% ao ano.

Atendido ano após ano, o setor viu sua verba aumentar 256% só no governo Lula. "Atingimos o número cabalístico de R\$ 100 bilhões. É dinheiro grosso em qualquer país do mundo", disse o ministro da Agricultura, Wagner Rossi. Além do recorde, duas novidades vieram no Plano Safra 2010/2011, anunciado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Uma é a atenção dada à classe média do campo, que terá uma fatia carimbada de R\$ 5,65 bilhões do total – é considerado médio produtor aquele que tenha renda bruta anual de até R\$ 500 mil ou que ganhe mais do que isso, mas desenvolva atividades específicas com custos de produção mais elevados, como a avicultura e a suinocultura, por exemplo. "Estamos com o foco no produtor médio, pois ele é o esteio da agricultura", ressaltou Rossi. Agricultura ecológica.

A outra novidade é uma verba destinada à "agricultura ecológica". Lançado ontem, o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) terá R\$ 2 bilhões para financiar práticas na lavoura que reduzam a emissão dos gases de efeito estufa, como o sistema de integração lavoura – pecuária - floresta e a recomposição de áreas de preservação ambiental. Além desse valor, o agricultor que adotar sistemas de plantio direto na palha (que não revolve o solo e emite menos carbono) poderá obter 15% a mais do valor do limite dos financiamentos de custeio, o que significa até R\$ 2 bilhões a mais para aplicar na lavoura. "A agricultura sempre protegeu o meio ambiente, mas agora poderá contribuir significativamente para as metas de Copenhague", afirmou.

A meta brasileira é a de reduzir, em uma década, entre 36,1% e 38,9% as emissões de gases que causam o efeito estufa. "A agricultura tem sido demonizada por quem não entende do assunto. Agora tem programas para estimular práticas que permitam produção com manutenção do meio ambiente", avaliou Rossi. Etanol. Um dos segmentos mais beneficiados pelo Plano Safra foi o de produtores de etanol, que viram ontem as taxas para armazenamento do combustível cederem de 11,25% para 9% ao ano. "É uma aposta que estamos fazendo." A demanda do setor de flexibilizar as garantias não foi atendida, mas Rossi acredita que, com juros menores, o setor poderá se esquentar nos períodos de colheita, quando preço do produto desaba com o aumento da oferta. "Havia sazonalidade exacerbada, e sem a fidelização do cliente.

Há momentos em que quem tem carro flex prefere ir para a gasolina. E isso é ruim para todos”, disse. De um modo geral, os agricultores serão incentivados a construir armazéns em suas propriedades. A partir de três anos, pelos cálculos do ministro, o produtor verá o retorno desses investimentos. Em termos mundiais, o Brasil estoca muito pouco em áreas privadas, cerca de 15% da produção e, por isso, o Ministério quer dobrar esse percentual nos próximos cinco anos.

Rossi destacou que a iniciativa, além de diminuir o gargalo, possibilita ao produtor vender sua safra quando desejar e ficar menos vulnerável ao mercado. Seguro. O que a Agricultura não conseguiu evitar foi uma redução no Programa do Seguro Rural. Apesar do pedido de R\$ 460 milhões para o fundo, só veio pouco mais da metade, R\$ 238,7 milhões ante R\$ 259,6 milhões de 2009. O que se espera é que, assim como ocorreu no ano passado, haja suplementação posterior. Outro ponto que dificilmente a Agricultura conseguirá vencer é a manutenção dos preços mínimos – usados como referência para garantia de pagamento que cubra pelo menos os gastos do produtor – para feijão, milho e trigo.

Ex-ministro critica pontos específicos do pacote agrícola

Não houve quem reclamasse do volume de recursos para o Plano Safra 2010/2011, de R\$ 100 bilhões, anunciado ontem pelo governo, mas críticas a pontos específicos ao pacote vieram de várias partes. O ex-ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, por exemplo, pôs em dúvida a parte prática do incentivo para estocagem de etanol e o volume de recursos para sustentabilidade agrícola. Stephanes antecedeu o atual ministro, Wagner Rossi, no comando da Pasta e se desligou do cargo em abril para voltar à cadeira de deputado federal (PMDB-PR) e tentar a reeleição. O ex-ministro ressaltou que a linha de financiamento para estocar álcool passou de R\$ 2 bilhões para R\$ 2,4 bilhões e a taxa caiu de 11,25% ao ano para 9% ao ano. “Não sei se, na prática, altera muita coisa.” Ele lembrou que, em 2009, não houve demanda pela linha, já que a maioria dos usineiros estava endividada. Para o ex-ministro, é preciso estudar outra forma de conter a volatilidade dos preços. Durante seu mandato, ele chegou a estudar a criação de contratos futuros como opção. Outro ponto salientado por Stephanes foi a criação do programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), para atenuar os efeitos da agricultura na emissão de gases que criam efeito estufa. “A idéia é muito importante, mas o valor é muito pequeno.” Ele lembrou que o investimento anual da agricultura está entre R\$ 150 bilhões e R\$ 200 bilhões por ano e o financiamento para esse fim é de apenas R\$ 2 bilhões. Stephanes disse temer a demora na chegada dos recursos do BNDES aos produtores. Segundo ele, a instituição não é tão rápida como o Banco do Brasil, por exemplo, para repassar recursos.

/ C.F. e VENILSON FERREIRA

24 mil tratores já foram vendidos no ano – Folha de São Paulo – Mercado – 08/06/2010

As indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas enviaram às concessionárias 23,9 mil tratores nos cinco primeiros meses deste ano, 55% a mais do que em igual período anterior. Em maio, as vendas somaram 5.549 unidades, 64% a mais do que em igual período do ano passado. As vendas de colheitadeiras também

cresceram, somando 1.968 unidades no ano, 57% a mais do que em janeiro-maio do ano passado. No mês passado, as indústrias venderam 162 unidades.

CNA: Plano de Safra não favorece classe média rural – Sítio Eletrônico da CNA – 10/06/2010

Brasília (10/6) - As alterações apresentadas pelo governo no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2010/2011, anunciado nesta semana, não favorecem a classe média rural, grupo estimado em 2,5 milhões de produtores rurais. A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, ressaltou que, embora utilizem boa tecnologia, “a classe média rural não possui demanda em escala suficiente para negociar os preços dos seus insumos e sua produção não gera receita para cobrir os custos da atividade”. Por este motivo, entende que “é necessário estabelecer um novo modelo de financiamento para o setor, que melhore o ambiente institucional, reduza os riscos das operações de crédito e eleve a disponibilidade de recursos”.

Segundo a senadora, a classe média rural, na prática, está excluída do sistema oficial de crédito. “Estes produtores investem em tecnologia, mas não têm acesso aos recursos do crédito rural oficial”. A exclusão tem um preço elevado, já que eles precisam financiar sua produção com recursos da iniciativa privada. “Para custear as lavouras, buscam recursos com financiadores privados (tradings e multinacionais), pagando taxas de juros elevadas”. Estimativas da CNA mostram que a taxa de juros efetiva praticada no crédito rural chega a 15% ao ano na região Sul e a 21% ao ano no Centro-Oeste.

[Clique aqui](#) para ver nota da Superintendência Técnica da CNA com avaliações sobre os principais pontos do PAP 2010/2011.

Assessoria de Comunicação da CNA
Fone: (61) 2109-1419/1411
www.canaldoprodutor.com.br

CNA: Plano de Safra não favorece classe média rural – CNA – 10/06/2010

Brasília (10/6) - As alterações apresentadas pelo governo no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2010/2011, anunciado nesta semana, não favorecem a classe média rural, grupo estimado em 2,5 milhões de produtores rurais. A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, ressaltou que, embora utilizem boa tecnologia, “a classe média rural não possui demanda em escala suficiente para negociar os preços dos seus insumos e sua produção não gera receita para cobrir os custos da atividade”. Por este motivo, entende que “é necessário estabelecer um novo modelo de financiamento para o setor,

que melhore o ambiente institucional, reduza os riscos das operações de crédito e eleve a disponibilidade de recursos”.

Segundo a senadora, a classe média rural, na prática, está excluída do sistema oficial de crédito. “Estes produtores investem em tecnologia, mas não têm acesso aos recursos do crédito rural oficial”. A exclusão tem um preço elevado, já que eles precisam financiar sua produção com recursos da iniciativa privada. “Para custear as lavouras, buscam recursos com financiadores privados (tradings e multinacionais), pagando taxas de juros elevadas”. Estimativas da CNA mostram que a taxa de juros efetiva praticada no crédito rural chega a 15% ao ano na região Sul e a 21% ao ano no Centro-Oeste.

[Clique aqui](#) para ver nota da Superintendência Técnica da CNA com avaliações sobre os principais pontos do PAP 2010/2011.

Assessoria de Comunicação da CNA
Fone: (61) 2109-1419/1411

Mais uma linha de produtos entra na lista do Programa Mais Alimentos – Sítio Eletrônico do Inbra – 14/06/2010

O Pronaf Mais Alimentos, a partir de agora, também passará a financiar equipamentos para processamento de frutas. Um acordo entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e o Sindicato das Indústrias de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Rio Grande do Sul (Simers) vai garantir desconto médio de 15% em relação aos preços de mercado desses produtos.

Essa é a décima segunda categoria de equipamentos agrícolas disponibilizados no site do MDA referente ao Programa Mais Alimentos. "São mais de três mil itens disponíveis, para atender o interesse da Agricultura Familiar no que diz respeito à modernização de suas unidades produtivas", afirma o coordenador nacional do Mais Alimentos, Hercílio Matos.

Segundo Hercílio, pelas categorias de produtos ofertadas pelo Mais Alimentos, fica claro que as oportunidades de ampliação da cadeia produtiva foram ampliadas, oferecendo alternativas para aumentar a produção, armazenar produtos e, ainda, agregar valor através do processamento e beneficiamento e financiamento. Ou seja, o programa busca superar todos os gargalos de produção e de tecnologia, tendo sempre presente o interesse da agricultura familiar expresso na adequação à escala de produção.

Para os projetos que envolvem sistemas completos de processamento de frutas, os preços incluem o projeto técnico de dimensionamento. Em casos de serviços de montagem dos sistemas de processamento, deve-se observar o limite máximo de

até 5% do valor dos equipamentos como referência de preço para tais serviços. Estes serviços são também financiados pelo Programa Mais Alimentos. Os preços disponibilizados são o máximo estabelecido por produto. Sobre os valores finais já incidem frete e ICMS.

O empresário Jamir Weber, da Metalúrgica Recanto D'Itália, de Garibaldi (RS), é um dos parceiros dos Programa Mais Alimentos que, a partir da iniciativa do MDA, readequou seus produtos: "Estamos satisfeitos com a expectativa de vendas, que é de dobrar o orçamento. É uma maneira de também contribuirmos para o progresso da Agricultura Familiar", completa.

Desde 2004, a metalúrgica deu início às suas atividades voltadas à fabricação de máquinas e equipamentos para vitivinicultura, cervejarias, agroindústrias e similares, colocando no mercado uma linha de produtos de alta qualidade para clientes que buscam inovação aliada à praticidade. "Não só nossa empresa cresce, mas todo mundo", diz Jamir.

"Serão mais de 43 itens que proporcionarão incremento à Agricultura Familiar, inclusive para aumentar a produção", finaliza Hercílio Mattos.

Recursos para a agricultura – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 15/06/2010

O Plano de Safra 2010/2011, anunciado na semana passada, prevê recorde de crédito para custeio, comercialização e investimentos: R\$ 116 bilhões, dos quais R\$ 100 bilhões para a agricultura empresarial e R\$ 16 bilhões para a familiar – 8% mais do que na safra 2009/2010. Generoso com os produtores, favorecera também os consumidores com o aumento da oferta e queda dos preços da alimentação, além do fortalecimento da balança comercial. O objetivo é repetir, no próximo ano agrícola, o recorde deste ano – cerca de 147 milhões de toneladas de grãos previstos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a safra 2009/2010, quase 10% mais do que os 134 milhões de toneladas da colheita anterior e superior ao recorde histórico de 145,9 milhões de toneladas, obtido na safra 2008/2009.

O plano prevê mais subsídios do Tesouro, mais empréstimos para os médios produtores e estímulo a investimentos em armazenagem. Dos R\$ 75 bilhões destinados ao custeio e comercialização, R\$ 60,7 bilhões serão emprestados com juros fixos de 6,75% ao ano. Os médios produtores, com renda bruta anual de até R\$ 500 mil, ou os que estão acima desse limite, mas desenvolvem atividades com custos de produção elevados, como avicultura e suinocultura, terão R\$ 5,65 bilhões, por

intermédio do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), o antigo Proger.

A Linha Especial de Crédito (LEC) será destinada a comercialização de frutas, financiando a estocagem e evitando grandes oscilações de preço. E haverá garantia para estocar o etanol, com mais recursos (de R\$ 2 bilhões para R\$ 2,4 bilhões) e menos juros (de 11,25% ao ano, na safra anterior, para 9% ao ano). Também nesse caso o objetivo é reduzir a volatilidade de preços, que “leva a perder a fidelidade do consumidor ao etanol”, disse o ministro da Agricultura, Wagner Rossi. Outros R\$ 2 bilhões serão aplicados no novo programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), com juros de 5,5% ao ano, para estimular a redução do desmatamento e incentivar a implantação de sistemas sustentáveis, além do aproveitamento de resíduos vegetais. Mas o limite de crédito do programa ABC por produtor, de R\$ 1 milhão, é considerado insuficiente para regiões com grandes propriedades, como Bahia, Piauí, Goiás e Mato Grosso do Sul, segundo o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja, Glauber Silveira da Silva. Algumas reivindicações apresentadas pelos produtores não foram resolvidas, tais como as garantias reais exigidas pelos bancos e uma cobertura mais ampla do seguro. “Não conseguimos ter uma política de seguro rural para manter a renda do produtor”, notou o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Cesário Ramalho.

O plano prevê recursos de R\$ 238,7 milhões para o seguro, inferior aos R\$ 259,6 milhões da safra 2009/2010 e aos R\$ 460 milhões pretendidos pelo Ministério da Agricultura. O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE, divulgado terça-feira, indicou aumento da área plantada da soja (+7,2%) e diminuição, sem queda da produção, da área plantada de milho (-6,7%). Só a produção de arroz deveria cair (-10,8%). A Região Sul, maior produtora de grãos (62,2 milhões de toneladas), mostrou aumento de 18,7% em relação a safra anterior, seguindo-se o Centro-Oeste, com 51,1 milhões de toneladas (+4,6%). No Nordeste e Norte, a produção também cresceu (respectivamente, 3,2% e 1,1%), caindo apenas no Sudeste (-3,8%).

O diretor de Política Agrícola da Conab, Silvio Porto, previu que a próxima safra de grãos dificilmente terá a mesma produtividade da safra atual – favorecida, na maior parte do País, pelas condições climáticas favoráveis. Os recursos fartos destinados ao Plano de Safra indicam que o governo evitou correr riscos, tanto de desagradar aos agricultores que mais dependem de crédito como de ser visto como responsável por uma eventual onda altista nos preços dos alimentos devido a demanda interna e externa.

Operações inscritas na Dívida Ativa da União têm novo prazo de renegociação – Sítio Eletrônico da CNA – 16/06/2010

As operações de crédito rural transferidas para a Dívida Ativa da União (DAU) ou que venham a ser incluídas até 31 de outubro deste ano poderão ser liquidadas ou renegociadas até 30 de novembro. Este novo prazo ficou estabelecido na Lei 12.249, publicada nesta semana no Diário Oficial da União. Em ambas as situações, os produtores rurais terão descontos sobre o valor da dívida. Para quem optar por quitar o passivo até lá, os rebates variam de 38% a 70%, de acordo com o saldo devedor. Quanto maior o débito, menor será o desconto.

No caso da renegociação, os descontos variam de 33% a 65%. Continua valendo o prazo de 10 anos para liquidação da dívida, em parcelas anuais ou semestrais, conforme definido na [Lei 11.775/08](#). Para as operações de crédito rural feitas nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, com exceção do Cerrado, permanece o acréscimo de 10 pontos percentuais para os descontos, tanto para a revisão dos contratos quanto para a liquidação total até 30 de novembro.

Também até esta data, ficam suspensas as execuções fiscais e os respectivos prazos processuais, assim como o prazo de prescrição das dívidas.

[Veja na íntegra a Lei 12.249](#)

**Operações de crédito rural inscritas na Dívida Ativa da União:
descontos para renegociação até 30 de novembro de 2010**

Soma dos saldos na data de renegociação (R\$ mil)	Desconto (em %)	Desconto do valor fixo após o desconto percentual *
Até 10	65	-
Acima de 10 até 50	53	1.200,00
Acima de 50 até 100	43	6.200,00
Acima de 100 até 200	36	13.200,00
Acima de 200	33	19.200,00

**Operações de crédito rural inscritas na Dívida Ativa da União:
descontos para liquidação até 30 de novembro de 2010**

Soma dos saldos na data de renegociação (R\$ mil)	Desconto (em %)	Desconto do valor fixo após o desconto percentual
Até 10	70	-
Acima de 10 até 50	58	1.200,00
Acima de 50 até 100	48	6.200,00
Acima de 100 até 200	41	13.200,00
Acima de 200	38	19.200,00

Assessoria de Comunicação CNA
 Telefone: (61) 2109 1411/1419
www.canaldoprodutor.com.br

FETRAF participa do lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011 – Sítio Eletrônico da Fetraf – 17/06/2010

As conquistas da agricultura familiar e da reforma agrária no governo Lula, embasaram os discursos durante a cerimônia de lançamento do 8º Plano Safra que aconteceu na manhã desta quinta, 17, na VII Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária em Brasília.

A coordenadora geral da FETRAF-Brasil, Elisângela Araújo, pautou em sua fala a satisfação da agricultura familiar poder comemorar os avanços desses últimos 8 anos: “A primeira conquista foi ter uma lei no país que reconheceu economicamente o setor da agricultura familiar, seguida do diálogo estabelecido ao longo dos quase oito anos, onde tivemos muitas de nossas reivindicações atendidas”, disse ela. “Mas continuam as perspectiva de grandes desafios, onde será preciso construir uma outra perspectiva de modelo de desenvolvimento sustentável, um modelo que tenha como estratégia em sua dimensão política, social, econômica, ambiental, organizativa, cultural e territorial, e nesse desafio temos que ter claro como elemento central, a redução das desigualdades regionais, das desigualdades sociais que ainda persistem em nosso país. Também a democratização da estrutura fundiária que é um desafio, o cumprimento da função social da terra, que precisa ter o seu limite estabelecido, tudo isso vai ser o debate dos próximos anos, num outro contexto de desenvolvimento, pois continuamos na luta para ampliar as forças econômicas da agricultura familiar, nos princípios da sustentabilidade, da inclusão social e da solidariedade”.

A FETRAF compareceu com sua executiva nacional e mais de 600 agricultores familiares e assentados que vieram acompanhar o evento, onde estavam presentes representantes do Governo Federal e dos movimentos sociais. Pelo governo, além do presidente Lula, marcaram presença o Ministro da Agricultura, Wagner Rossi; o secretário-geral da Presidência, Luis Dulci; a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Marcia Lopes; e os presidentes do Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e do Banco da Amazônia.

Com o lançamento, os agricultores puderam comemorar a consolidação do crédito oferecido por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que avançou de R\$ 2,4 bilhões na safra 2002/2003 para R\$ 16 bilhões na safra 2010/2011, um crescimento de 572%, e ainda apresentando as taxas mais baixas de juros da história. Esse avanço deu-se devido a atuação dos bancos do Brasil, do Nordeste e da Amazônia, que passaram a atender também os agricultores familiares, a exemplo do BNB, cujo volume de empréstimos cresceu, em cinco anos, de R\$ 262 milhões para R\$ 22 bilhões. “Em 2002, a inadimplência era de 37,5%. Em cinco anos, caiu para 3%”, comparou o presidente Lula. “Essa gente, que só tem como patrimônio o nome e a dignidade, paga em dia, melhor do que muita gente que acumula patrimônio”, disse.

Os avanços significativos para o setor foram pontuados, como a consolidação do Programa de Garantia de Preço para a Agricultura Familiar (PGPAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que passou a incorporar produtos da agricultura familiar.

Talvez com maior relevância, vale destacar a mudança da transferência de recursos da PGPM (Política de Garantia dos Preços Mínimos), historicamente destinados aos grandes produtores, que agora passa a ter 20% (vinte por cento) garantidos para a agricultura familiar, o que coloca a categoria, definitivamente, nas políticas de comercialização.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, relacionou o incremento dos recursos à prioridade dada pelo presidente Lula à Agricultura Familiar. “Os

governos anteriores haviam condenado a Agricultura Familiar à invisibilidade. Oito anos depois a história é outra. Rompemos com uma lógica perversa em que os agricultores perdiam a terra para os bancos e hoje a sociedade brasileira reconhece a produção familiar como sinônimo de riqueza e produtividade", concluiu.

“Para os agricultores familiares, homens e mulheres, principalmente a juventude do campo, continua a expectativa de termos mais políticas de distribuição de renda, políticas que de fato venham nos garantir, principalmente nas regiões norte e nordeste desse país, que é possível gerar renda, é possível distribuir a renda gerada e é possível termos agricultores e agricultoras familiares e camponeses com orgulho, cada vez maior, de permanecer no campo. Sabemos que é possível, por isso estamos aqui, porque acreditamos num outro Brasil rural, de gente feliz, de gente vivendo com dignidade”, concluiu Elisângela ao finalizar sua fala, ao som do “VIVA A AGRICULTURA FAMILIAR”, entoado pelos presentes.

Veja aqui os principais pontos do Plano Safra 2010/11

- Redução dos juros máximos das operações de custeio de 5,5% para 4,5% ao ano; - Redução dos juros máximos das operações de investimento do Pronaf de 5% para 4% ; - O programa Mais Alimentos passa a ser permanente. O limite de financiamento de projetos individuais foi ampliado de R\$ 100 mil para 130 mil. E o Programa passa a financiar projetos coletivos de até R\$ 500 mil; - Destinação de R\$ 626 milhões para o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater); - Destinação de 20% dos recursos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para a agricultura familiar. - R\$ 1 bilhão de recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar, obedecendo à lei da Alimentação Escolar 11.947/2009, que determina um mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para compra de produtos oriundos da Agricultura Familiar e/ou empreendedores familiares.

[Ouçá o discurso da coordenadora geral da FETRAF-Brasil, Elisângela Araújo, durante o lançamento do Plano Safra 2010/2011.](#)

Faça o download do Plano

Presidente Lula e Cassel anunciam Plano Safra para a Agricultura Familiar na Feira – Sítio eletrônico do Incra – 17/06/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Guilherme Cassel, anunciam nesta quinta-feira, 17, às 9h30min, o Plano Safra para a Agricultura Familiar 2010/2011. O ato acontecerá na VII Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária - Brasil Rural Contemporâneo, na Concha Acústica, em Brasília

O volume de recursos disponíveis para o Plano Safra 2010/2011 é de R\$ 16 bilhões (R\$ 1 bilhão a mais que no ano passado). "É uma garantia de que não vai faltar dinheiro nem ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), nem aos agricultores, para o custeio e investimentos", diz Cassel.

Segundo o ministro, nesta próxima safra a expectativa é realizar em torno de 2,2 milhões de contratos através do Pronaf em todo o Brasil. "Assim, vamos garantir que o alimento que consumimos no dia a dia chegue para todos a preço baixo e com qualidade" afirma o ministro.

Cassel lembra a evolução dos recursos disponíveis para a agricultura familiar a partir de 2003. Neste ano, foi lançado o primeiro Plano Safra no valor de R\$ 5,4 bilhões. Até então, não havia um programa federal de incentivo e apoio ao setor. "A agricultura familiar estava condenada a uma espécie de invisibilidade. Ninguém olhava para ela. Não tinha seguro, não havia investimento, nada", diz.

O Plano Safra da Agricultura Familiar "significou a inclusão ao sistema produtivo e de crédito de mais de um milhão de novas famílias, especialmente no Norte e Nordeste do País. São produtores que não tinham acesso a bancos e ao crédito que produziam à margem do sistema e foram incluídas nestes últimos sete anos", completou.

O ministro destacou que, graças à existência do Plano Safra e sua crescente valorização e reforço financeiro, foi possível organizar políticas públicas de comercialização da produção da agricultura familiar, revelado pelo censo agropecuário de 2006 como responsável por 70% do alimento consumido pela população do País.

A força da Agricultura Familiar

O Brasil Rural Contemporâneo é o maior evento da América Latina de exposição e venda de produtos da agricultura familiar. Ao todo, nas seis edições realizadas desde 2004 - quatro em Brasília (DF) e duas no Rio de Janeiro (RJ) - cerca de 700 mil pessoas compraram e saborearam produtos e se deliciaram com espetáculos e apresentações culturais. Em maio deste ano foi realizada uma edição especial em Porto Alegre (RS). Montada no Cais do Porto, a Feira recebeu cerca de 160 mil visitantes e proporcionou negócios de R\$ 11 milhões.

A Feira reflete a importância do setor para a economia do País. No Brasil há mais de 4,3 milhões de propriedades agrícolas familiares, que respondem pela produção de 70% dos alimentos consumidos diariamente pelos brasileiros. O Censo do IBGE/2006 aponta que a agricultura familiar é responsável por sete em cada dez ocupações no meio rural, contando com apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos rurais. Os agricultores familiares produzem 87% da mandioca consumida no Brasil, 70% do feijão, 58% do leite e 46% do milho.

O Brasil Rural Contemporâneo é um evento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Incra, com patrocínio de Petrobras, Sebrae, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, BNDES, Eletrobrás, Itaipu Binacional, Sebrae, Anfavea, Ufrabio e Itambé. E conta com apoio do Instituto LatinoAmérica para o Desenvolvimento da Educação, Ciência, Arte e Cultura e do Governo do Distrito Federal.

Agricultores familiares contam com seguro para operações de investimento – Sítio Eletrônico do INCRA – 28/06/2010

A partir desta safra 2010/2011, os agricultores familiares que acessam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) contam com uma nova modalidade do Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), voltada para as operações de investimento. É o Seaf Investimento, que oferece uma cobertura de renda para garantia do pagamento das prestações de investimento do Pronaf e cobre, assim como no custeio, estiagem, chuva excessiva, granizo, geada, ventos fortes, variação excessiva de temperatura e outros eventos agroclimáticos. Operações de investimento já existentes, contratadas após 1º de julho de 2007, também poderão ter a cobertura do novo seguro. A medida foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), no último dia 10, e vai vigorar a partir do dia 1º de julho, com o início na nova safra agrícola.

A adesão do agricultor familiar ao Seaf Investimento é opcional e será realizada no momento da contratação do financiamento de custeio agrícola no agente financeiro. Assim, em uma mesma operação de crédito, o agricultor poderá ter o seguro para custeio e a cobertura adicional do Seaf Investimento. Atualmente, o Seaf cobre uma variedade de culturas que a cada ano vem sendo expandida, devendo chegar a mais de 40 culturas na safra 2010/2011.

Investimentos em máquinas, equipamentos, recuperação de solos, melhoramento genético e outras formas de ampliação e modernização da infra-estrutura produtiva tem sido cada vez mais necessários para aumentar a produtividade, reduzir custos,

melhorar as condições de trabalho e a qualidade dos produtos, de modo a atender às exigências do mercado, aumentar a produção e a renda. O Seaf Investimento foi criado para apoiar o agricultor nesse esforço e visa contribuir para ampliar o acesso ao crédito de investimento e oferecer maior segurança ao agricultor familiar no desenvolvimento de suas atividades produtivas.

Esta nova modalidade de seguro vai evitar prorrogações de pagamento das parcelas de investimento, ajudará na diminuição das dívidas e, conseqüentemente, melhorar a capacidade de pagamento dos agricultores familiares.

O valor a ser pago pelo agricultor para aderir ao Seaf Investimento (prêmio de seguro) terá as mesmas condições do custeio: 2% da parcela do financiamento de investimento a ser segurada, sendo que esse custo será financiado na operação de custeio agrícola.

Se houver sinistro, basta o agricultor familiar fazer a comunicação de perdas assim como já fazia para a operação de custeio. A vistoria na lavoura e demais procedimentos de cálculo da indenização são realizados pelo banco que realizou a operação. O valor da indenização, quando existir, será encaminhado pelo Banco Central diretamente para o banco que realizou a operação de investimento segurada.

Agricultores familiares contam com seguro para investimento – Sítio Eletrônico do MDA - 28/06/2010 12:12

A partir do Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011, os produtores que acessam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) contam com uma nova modalidade do Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), voltada para as operações de investimento. Assim como nas operações de custeio seguradas, o Seaf Investimento cobre perdas provocadas por estiagem, chuva excessiva, granizo, geadas, ventos fortes, variação excessiva de temperatura e outros eventos agroclimáticos.

A medida aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, em vigor desde 1º de julho, também atende operações de investimento contratadas após 1º de julho de 2007. A adesão do agricultor familiar ao Seaf Investimento é opcional e será realizada no momento da contratação do financiamento de custeio agrícola. O valor da adesão corresponde a 2% da parcela do financiamento de investimento a ser segurada, que será financiado na operação de custeio agrícola.

Se houver sinistro, o agricultor familiar deve fazer a comunicação de perdas. A vistoria na lavoura e demais procedimentos de cálculo da indenização são realizados pelo banco que realizou a operação.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio

